



XIII CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO

UEMG-BARBACENA

Dias 11 e 12 de março de 2021

UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIDADE BARBACENA

MINAS GERAIS
GOVERNO
DIFERENTE
ESTADO
EFICIENTE

**FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES NA CONTEMPORANEIDADE**

INCLUSÃO OU EXCLUSÃO ESTUDANTIL? DIFICULDADES NA INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR

Paula Cristina Ferreira Justino

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Resumo: Atualmente a grande discussão de muitos cursos ou mesmo na didática em sala de aula ou em reunião é de incluir alunos especiais no ensino regular, porém essa é uma visão ainda falha. Alunos especiais ou com algum aspecto, seja superdotação, TDAH ou outro tipo de deficiência, precisam de um acompanhamento mais próximo para que possam ter um melhor resultado em seu desenvolvimento. Contudo, durante a formação na licenciatura ou mesmo em cursos de formação continuada, essa realidade ainda permanece distante. A falta de ênfase nesses cursos ou o devido suporte aos professores após o curso permanecem precário, não deixando de ressaltar a alta demanda de alunos por sala ou mesmo por série tanto nas escolas municipais quanto nas estaduais, o que precariza o ensino, prejudicando tanto no desenvolvimento dos alunos especiais como no desenvolvimento dos demais. Após pesquisas realizadas em campo e criação de estratégias a serem utilizadas com esses estudantes especiais, visando ter um maior e mais proveitoso desenvolvimento, é possível observar que a maior dificuldade encontrada é a sua adaptação e a adaptação do professor com esses alunos inclusivos, adaptações em relação aos materiais nos quais devem se adequar a realidade dos discentes inclusos, o planejamento de aulas lúdicas e inclusivas, buscando interação entre os alunos em diversas realidades. Isso acontece até mesmo aqueles professores que já têm experiência com esse estudante, pois já sabem que os mesmos não irão ter um desenvolvimento ou uma aprendizagem contínua e em sua maioria não irá conseguir assimilar as ideias do conteúdo proposto. É direito do aluno ter e receber uma aprendizagem de qualidade, conforme constituição. Sendo assim, mesmo com dificuldades encontradas pela falta de material de base ou apoio pedagógico, a maioria dos professores se desdobram para produzir atividades e realizar junto a eles práticas que possam somar com as habilidades dos estudantes inclusivos ou não. Em alguns casos, os docentes podem contar com professores de apoio e suporte pedagógico. Em outros, têm que arcar com tudo desde o uso de novas metodologias em sala, ou seja, uma constante mediação e formas de adaptação do conteúdo, chegando a custear esses materiais ou cursos de curta duração. Dessa forma, esses educadores ficam com uma limitação de recursos, respondendo com um baixo nível de desenvolvimento em relação a esses alunos e com os demais estudantes, confrontando com o que é proposto pelo Plano Nacional de Educação (PNE). O plano salienta que a maior finalidade da inclusão é de inserção e interação com o meio social, de forma que o aluno possa melhorar o seu desenvolvimento interpessoal e independência no dia a dia. Em linhas gerais, pode-se afirmar que a educação regular ainda não está preparada para atender de forma qualitativa aos alunos inclusos, pois além deles, há uma grande quantidade de alunos por turma, variando entre 25 a 40 alunos em uma sala de aula. São diversos problemas para serem abordados também, pois uma sala

de aula é estritamente heterogênea e cada estudante tem sua dificuldade, mas resumir o problema apenas na inclusão é uma proposta bastante arriscada e limitada, tem que ser analisada em todos os aspectos desde o apoio no qual professores/alunos irão receber até nas instalações e adaptações apropriadas nas escolas que deverão receber o discente inclusivo, não basta a escola abrir suas portas e dizer: "Somos uma escola inclusiva!", é de suma importância uma avaliação de toda sua estrutura, formação dos professores, quantidade de alunos por sala, uma vez que, para cada aluno com laudo/CID há cinco alunos regulares, ou seja, a sala deve ter um número mínimo de crianças/adolescentes para que todos possam ser atendidos sem distinção ou limitação. Portanto, para que uma escola se torne inclusiva, ela deve passar por adaptações, os professores devem ter o apoio pedagógico e uma formação continuada, refletindo diretamente no desenvolvimento de suas aulas e o apoio psicopedagógico/sala recurso necessário. Outro aspecto que deve ser melhorado e revisado é a própria burocracia de documentos, os quais os docentes são obrigados a responder e dentro de um prazo extremamente curto para entregar os resultados. Um exemplo é a cobrança constante de registros tais como o Planejamento de Desenvolvimento Individual (PDI) do aluno, relatórios de todos os tipos anexados aos laudos. Mesmo sendo documentos de suma importância para acompanhar o desenvolvimento do estudante, poderiam limitar-se em quantidades menores e com maior qualidade de informações, que não cobrem muito tempo do professor, tempo no qual o mesmo poderia estar sendo melhor aproveitado, dando um retorno de forma objetiva, visando um trabalho mais minucioso para todos aqueles que estão juntos, efetivando a inclusão e não apenas uma papelada, resultando no aproveitamento significativo do estudante enquanto permanecer na escola. Há coisas simples e objetivas que podem melhorar a qualidade do ensino, aumentar a inclusão e dar o devido suporte e apoio aos professores, criando assim novas oportunidades/estratégias de aprendizagem, gerando resultados satisfatórios na aprendizagem de todos os alunos e não na exaustão do docente.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Professores; Inclusão.